



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
POLO UNIVERSITÁRIO DE PORTO DE MOZ
FACULDADE DE LETRAS DALCÍDIO JURANDIR

DÉBORA HÉVEM DA SILVA LIMA
VÁLBER SILVA DOS SANTOS

**LITERATURA E HISTÓRIA: A MISCIGENAÇÃO NA AMAZÔNIA
NA OBRA “COMO SE FAZ UM GUERRILHEIRO”, DE
BENEDICTO MONTEIRO**

ALTAMIRA – PA
2025

DÉBORA HÉVEM DA SILVA LIMA
VÁLBER SILVA DOS SANTOS

LITERATURA E HISTÓRIA: A MISCIGENAÇÃO NA AMAZÔNIA NA OBRA
“COMO SE FAZ UM GUERRILHEIRO”, DE BENEDICTO MONTEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado à Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir, do Campus de Altamira, da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Me. Adelson Luiz Bayma da Silva

ALTAMIRA – PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D111l DA SILVA LIMA, DEBORA HEVEM.
LITERATURA E HISTÓRIA: : A MISCIGENAÇÃO NA
AMAZÔNIA NA OBRA “COMO SE FAZ UM
GUERRILHEIRO”, DE BENEDICTO MONTEIRO / DEBORA
HEVEM DA SILVA LIMA, VALBER SILVA DOS SANTOS. —
2025.
34 f.

Orientador(a): Prof. Me. Adelson Luiz Bayma da Silva
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Letras -
Língua Portuguesa, Altamira, 2025.

1. Teoria da Relevância . 2. Literatura.. 3. Miscigenação .
I. SILVA DOS SANTOS, VALBER. II. Título.

CDD 410.9

LITERATURA E HISTÓRIA: A miscigenação na Amazônia na obra *Como se faz um guerrilheiro*, de Benedicto Monteiro¹

Débora Hévem da Silva Lima - Ufpa²

Válber Silva dos Santos - Ufpa³

RESUMO: Este artigo analisa a temática da miscigenação na Amazônia a partir do personagem ribeirinho Miguel dos Santos Prazeres, na obra *Como se faz um guerrilheiro*, de Benedicto Monteiro, com base na Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (2005) e em autores como Monteiro (1995), Resstel (2015), Souza (2001), Bueno (2012), Silva (2014), entre outros. O objetivo é de verificar a conexão de significados entre a narrativa e a interpretação do leitor acerca dos fatos para compreender de que modo esses elementos da semiótica contribuem para uma reflexão sobre a miscigenação. Os resultados da pesquisa evidenciam que a fala do narrador-personagem possui significação própria, independente do fato descrito, o que demonstra a relevância do que é dito. Destacam-se a perspicácia do personagem e o simbolismo da linguagem. O estudo busca colaborar com os leitores e a comunidade em geral interessados na valorização do aspecto literário quanto à interpretação de narrativas acerca da formação da população amazônica.

Palavras-chave: Teoria da relevância; Literatura; Miscigenação.

LITERATURE AND HISTORY: Miscegenation in the Amazon in the work *How to Make a guerrilla Fighter*, by Benedicto Monteiro

ABSTRACT: This article analyzes the theme of miscegenation in the Amazon through the eyes of the riverside character Miguel dos Santos Prazeres, in the work "How to Become a guerrilla Fighter" by Benedicto Monteiro. This character is based on Relevance Theory by Sperber and Wilson (2005) and authors such as Monteiro (1995), Resstel (2015), Souza (2001), Bueno (2012), Silva (2014), among others. The objective is to verify the connection of meanings between the narrative and the reader's interpretation of the facts in order to understand how these elements of semiotics contribute to a reflection on miscegenation. The results of the research show that the narrator-character's speech has its own meaning, independent of the fact described, which demonstrates the relevance of what is said, highlighting the character's perspicacity and the symbolism of the language. The study seeks to collaborate with readers and the general community interested in appreciating the literary aspect of the interpretation of narratives about the formation of the Amazonian population.

Keywords: Relevance Theory. Literature. Miscegenation

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado à Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir, UFPA. Campus de Altamira, 2025.

² Acadêmica graduanda do curso de Letras - Língua Portuguesa – UFPA. Polo de Porto de Moz-PA.

³ Acadêmico graduando do curso de Letras - Língua Portuguesa – UFPA. Polo de Porto de Moz-PA.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A percepção integral da mensagem é um dos princípios da comunicação humana, isto é, sua decodificação com a clareza necessária para uma efetiva compreensão. A escolha de signos que sejam do conhecimento do receptor é fator preponderante para que haja compreensão. Ainda assim, há muitos ruídos que poderão interferir no processo. Um deles é o sentido pragmático utilizado, que pode não ser do conhecimento do interlocutor.

Em qualquer texto que se produza em linguagem verbal ou não verbal requer um conhecimento dos signos, seu significante e significado(s), bem como o sentido (denotação e conotação) empregado pelo emissor; além de um olhar mais acurado quanto à percepção de elementos sógnicos que compõem a mensagem para assim inferir uma interpretação.

Assim, para se entender o tema da miscigenação proposta neste trabalho, utilizou-se as orientações da Teoria Semiótica da Relevância, de Sperber e Wilson (2005). Essa teoria foi empregada com o objetivo de orientar o leitor para possíveis reflexões acerca da discussão sobre a povoação na Amazônia no contexto histórico da ocupação migratória, em meados do Século XX, sob a percepção da narrativa literária do personagem Miguel, na novela literária *Como se faz um guerrilheiro*, do escritor paraense Benedicto Monteiro⁴.

Ao apontar a relevância dos elementos narrativos associados ao texto escrito, Sperber e Wilson (2005) destacam que a representação simbólica do que é dito deixa de ser um coadjuvante para tornar-se protagonista. Em consonância com esse pensamento sobre o contexto pragmático da obra, o presente estudo propõe uma análise interpretativa das nuances dos “amores” de Miguel dos Santos Prazeres, personagem central na literatura monteiriana, e suas implicações na miscigenação da Amazônia. A escolha da obra como objeto de estudo se encontra pautada na simplicidade da conversa aliada ao conteúdo literário do texto que, embora seja de uma linguagem artística aborda questões complexas entendidas como fato real, importantes para a compreensão da vida humana.

⁴ Benedicto Monteiro nasceu em 1º de março de 1924, em Alenquer, no Estado do Pará. Coursou Direito na Universidade do Brasil, atual UFRJ, onde exerceu o jornalismo na imprensa local e publicou seu primeiro livro de poesia *Bandeira Branca*, pela editora Zélio Valverde (1945), prefaciado pelo escritor Dalcídio Jurandir. Bacharel em Ciências Jurídicas, foi Promotor Público, Juiz de Direito e Secretário de Estado. Eleito Deputado Estadual, tendo sido perseguido e cassado em 1964 pela Ditadura Militar. O seu principal livro de contos, *Carro dos Milagres*, foi premiado pela Academia Paraense de Letras, e o romance *A Terceira Margem* recebeu o prêmio Nacional de Literatura da Fundação Cultural do Distrito Federal. Seu último livro, *O Homem Rio*, que ele dizia ser o último sonho a ser sonhado. Benedicto Monteiro faleceu no dia 15 de junho de 2008, em Belém do Pará (UFPA, 2020).

Em sua novela, o escritor Benedicto Monteiro traz à tona reflexões sobre temas abstratos, como é o caso do *modus vivendi* de famílias imigrantes, transformando-os em personagens que interagem com Miguel, o protagonista da obra. A estratégia é enriquecida por meio da associação entre a narrativa e os aspectos relevantes feitas por Sperber e Wilson, que permitem a percepção de detalhes que poderiam passar despercebidos apenas com a leitura simples do texto.

Para o alcance dos objetivos, foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, já que se trata de uma análise da percepção literária. O aporte teórico está embasado em autores como Resstel (2015), Souza (2001), Bueno (2012), Silva (2014), entre outros, além de teses, dissertações e artigos acadêmicos relevantes para o desenvolvimento do tema.

Assim, para uma melhor compreensão deste aspecto da obra literária de Benedicto Monteiro e sua importância como literatura de representação da região Norte, será necessário esboçarmos os principais desdobramentos referentes ao processo de exploração e ocupação da Amazônia. Deste modo, abordaremos através de períodos históricos “mais importantes”, as ações que fortemente influenciaram o processo de miscigenação da região. O primeiro a ser observado será a ocupação por parte dos portugueses, que de certa forma foi determinante para a configuração da região, desde o século XV, até a atualidade; em seguida abordaremos o período de grande exploração extrativista vegetal, o chamado “ciclo da borracha”, através da extração do látex, em decorrência do desenvolvimento da indústria da borracha; outro momento abordado será o período de grandes incentivos políticos para o desenvolvimento e expansão interna da região, fomentada por grandes grupos empresariais e o processo migratório, do qual resulta a miscigenação da Amazônia Paraense, objeto de análise deste trabalho.

No que se refere à estrutura da pesquisa, o artigo divide-se em duas seções, sendo que a primeira, intitulada *O processo de ocupação da Amazônia*, em que tratamos das questões históricas da ocupação, o ciclo da borracha e a política de integração dos grandes projetos, buscando fazer, em certa medida, a contextualização desses eventos. Na segunda seção, *A povoação da Amazônia a partir das “viagens” de Miguel dos Santos Prazeres*, abordamos a literatura novelesca de Monteiro, destacando a relevância da fala do personagem Miguel, no sentido de provocar a reflexão do leitor sobre a questão da miscigenação da Amazônia, a partir do “diálogo da Literatura com a História”, do mundo ficcional com o real.

Considera-se que o estudo é relevante para a comunidade acadêmica e também para o público em geral por se tratar de um tema centralizado na construção da narrativa como eixo

central presente em uma obra que aborda um tema pouco refletido pela sociedade e, também, a necessidade de estar disposto a dialogar e ouvir o outro sobre as grandes questões da Amazônia. Espera-se, portanto, que este trabalho possa contribuir para novos estudos voltados à análise de temas regionais, seja na área da Literatura, seja na área da História.

1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Ao longo dos séculos a Amazônia foi sendo cobiçada, e continua alvo da exploração predatória de seus recursos naturais. A região encontra-se ligada ao restante do país através de seus rios e rodovias, ao custo da devastação de grandes áreas de floresta nativa para a construção de estradas. A preservação dessa floresta é vista por muitos como obstáculo ao desenvolvimento. É uma região marcada por grandes conflitos agrários, apesar de seu extenso território com áreas ainda pouco habitadas.

Incentivos de origens diversas foram ofertados desde que o Brasil ainda encontrava-se sob domínio de Portugal, para que a região fosse explorada e ocupada, nem que para isso custasse a extinção de povos inteiros, como observa Pe. Antônio Vieira a respeito da morte de indígenas. “[...] e toda aquela gente se acabou ou nós a acabamos; em pouco mais de trinta anos [...] eram mortos dos ditos índios mais de dois milhões [...] Pe. Antônio Vieira, 1652” (Vieira *apud* Ribeiro, 1995, p. 305).

Para Cardoso e Müller (2008), o primeiro devassamento foi o da floresta tropical ao longo dos rios, furos, lagos e canais navegáveis. Buscavam as chamadas “drogas do sertão”, utilizáveis na alimentação, condimentação, construção naval e na farmacopeia da Europa Ocidental.

Esse contexto histórico de exploração da Amazônia corroborou para uma das características socioculturais da região, a miscigenação, visivelmente presente na obra literária *Como se faz um guerrilheiro*, de Benedicto Monteiro. Nesta obra, é possível observamos inúmeros aspectos sociais que fazem referência do mundo ficcional com o mundo real, possibilitando que a literatura paraense sirva como instrumento de representação e reflexão da realidade aparente.

Assim, no século XVII, diante da intensa expansão territorial, Portugal atenta por tomar posse desse território através da sua ocupação e exploração de recursos naturais. A corte portuguesa temendo possíveis domínios, uma vez que expedições franceses, holandeses e ingleses já haviam percorrido o rio Amazonas, e como relata Ribeiro (1995), alguns

desertados no *Tratado de Tordesilhas* encontravam-se estalados aos arredores do rio Amazonas, conflitos ocorreram entre estes e fortificações foram erguidas.

Portugal então, realizava as primeiras expedições para a região, a princípio, visando a comercialização de especiarias, as drogas do sertão, como a canela, cacau, castanhas, guaraná, entre outras, e eram feitas através de trocas entre os europeus e os povos que já habitavam o território. “Toda área era ocupada, originalmente, por tribos indígenas de adaptação especializada à floresta tropical” (Ribeiro, 1995, p. 307).

Diante do maior valor comercial dessas especiarias em relação a outras vindas da Índia, afirma Ribeiro (1995), que Portugal atenta por aumentar a capacidade de exploração das mercadorias obtidas, bem como racionalizar os custos. A primeira medida adotada pelos europeus foi a escravização de indígenas, estes que já habitavam a região, mesmo antes da chegada dos europeus, eram sociedades tribais, organizadas e adaptadas às condições da floresta tropical.

Aldeamentos inteiros foram tomados, e os indígenas foram forçados a coletar, mata a dentro, as especiarias. No entanto, não demorou para que os povos originários, diante das atrocidades cometidas, se voltassem contra as agressões sofridas. Guerras se estabeleceram e muitas organizações de indígenas se dispersaram em busca de manterem-se distantes e refugiados dos escravizadores. De modo a ter novamente sob domínio esses povos, aumentando assim o seu contingente de escravizados, buscas intensas foram realizadas, porém, apenas resultavam em mais indígenas mortos do que escravizados, o que não era vantagem para Portugal, uma vez que, quanto maior a mão de obra, maior seriam os lucros.

A ação expansionista durante o século XVII foi tão grande e dizimativa que, segundo a crônica da época, o governador Bento Maciel Parente, entre 1619 e 1622, teria acabado com os índios Tupinambá desde Tapuitapera no maranhão, até a foz do Amazonas, no Pará, tendo matado ou levado à escravidão mais de 500 mil índios. (...) As doenças trazidas pelo europeu também foram causa de muitas mortes ocorridas entre os indígenas que não possuíam defesas orgânicas contra as mesmas (Oliveira, 1988, p. 72).

Diante deste cenário, Portugal fez uso da religião por meio da igreja católica, além de forças militares. Para controlar os povos indígenas, foram enviados grupos missionários para a região, como os jesuítas, da chamada *Companhia de Jesus*, onde também haviam outros missionários franciscanos e carmelitas. Estes grupos eram dispostos através de aldeamentos missionários, e segundo Guzmán (2008), estes locais eram previamente escolhidos pelas chefias da colônia, para onde seriam direcionados os nativos de maneira “espontânea”. Nesses núcleos a doutrina católica era difundida, de certo modo imposta, através de uma catequese

aceita pelo medo que os indígenas tinham das punições que poderiam sofrer. Aliada essa rotina de medo à realização de trabalhos exaustivos e obrigatórios, além da extrativista, havia o serviço nas obras públicas, como “(...) construção de fortificações, portos, edifícios administrativos, casas senhoriais, bem como das lavouras de subsistência dos próprios aldeamentos e da edificação de igrejas e conventos” (Ribeiro, 1995, p. 310).

Nos aldeamentos eram reunidos grupos indígenas de diferentes origens, consequentemente costumes e línguas distintas. Dessa constante interação, forçada pela intensa rotina de trabalho, bem como do convívio entre os grupos nativos e os seus colonizadores, resulta uma nova forma de falar, uma língua, que se adapta à necessidade de sobrevivência e juntamente com ela, novos costumes são incorporados. Para Ribeiro (1995), este foi um processo de aculturação intenso, que foi desde uma nova língua, não mais indígena, mas oriunda da “civilização”, a aquisição de técnicas artesanais, como a tecelagem, a construção utilizando pedra e cal, novos cultivos, como arroz, introdução de animais domésticos como a galinha e porcos, dentre outras atividades.

Nesse processo de aculturação, Ribeiro (1995) ressalta que tais atividades europeias ao serem incorporadas ao ambiente de floresta tropical não obtiveram muita expressividade, ficando atreladas aos recursos indígenas originais. Da cultura dos europeus o viés mais significativo foi o religioso, que fomentou o que o autor chama de “religiosidade folclórica”, de onde originou-se uma crença popular estabelecida no sincretismo dos ritos indígenas com os do catolicismo.

1.1 O ciclo da borracha e a expansão territorial

Chamado de ouro branco, o líquido extraído da *Hevea brasiliensis*, nome científico da árvore conhecida popularmente como seringueira, representou para a Amazônia brasileira um período de grandes transformações, não apenas para a economia mas também no que se refere às relações socioculturais na região em decorrência do grande contingente que envolvia a extração do látex.

Anterior ao período conhecido como “ciclo da borracha”, o líquido branco extraído da seringueira, já era conhecido dos *omáguas*, que o chamavam de *hevé*. Os indígenas já manuseavam o látex e conheciam suas propriedades elásticas. Artefatos como seringas, garrafas, botas, eram produzidos e chamaram a atenção do naturalista francês *Charles Marie de La Condamine*, que estava de visita à América do Sul, em meados de 1736.

Condamine reparou que esse líquido, após coagulado, produzia uma substância maleável, de elasticidade e impermeabilidade sem-par, a qual os índios moldavam na forma de seringas, botas, garrafas brinquedos. De volta à França, com certa quantidade do *caoutchouc*, como era chamado na Amazônia, o naturalista tentou fabricar uma roupa à prova d'água a partir do material, que seguiu importando da Guiana Francesa para dar suporte a várias experiências. Foi assim que a substância aos poucos ganhou mais e mais espaço na Europa, tendo os ingleses, inclusive, percebido que a goma era excelente para apagar, e então a batizaram de *rubber*. (Bueno, 2012, p. 34).

Gradativamente, a borracha foi ganhando espaço no mercado internacional, sobretudo nas últimas décadas do século XIX, o chamado primeiro ciclo da borracha se estabeleceu, de 1870 a 1912. Este primeiro momento, foi impulsionado principalmente pelo desenvolvimento da indústria internacional, neste cenário destaca-se a utilização da borracha na fabricação de pneus, fomentado ainda mais a partir da popularização do automóvel, em 1900. “A fabricação de pneus, portanto, alteraria completamente o equilíbrio do mercado de borracha, que durante algumas décadas seria dominado pela produção amazônica” (Bueno, 2012, p. 34).

No período inicial da exportação da borracha, prevaleceu a venda de produtos manufaturados, conforme ela foi ganhando importância no setor industrial internacional, a matéria prima era o que interessava, deste modo a exploração extrativista do látex foi tomando uma proporção cada vez maior, sobrepondo-se a atividades agrícolas e industriais, estabelecidas desde o período colonial. Souza (2001), evidencia que a atividade extrativista gerou uma série de aspectos negativos para a região, como o desabastecimento em decorrência da decadência da agricultura de subsistência. No entanto o extrativismo da borracha seria tão próspero para a Amazônia que os “inconvenientes” não seriam de maior relevância.

Neste contexto, em que a exploração extrativista da borracha tornava-se o pilar da economia brasileira, a região Nordeste do país, entre os anos de 1870 e 1913, enfrentava uma das maiores secas já registradas. A escassez de água que assolou o sertão nordestino, resultou em um grande fluxo de pessoas, a princípio para as capitais do Nordeste, como Fortaleza, e posteriormente para a região amazônica, de onde se propalava a oferta de trabalho e fartura, em decorrência da exploração da borracha. “Somente do Ceará, mais de 65.000 pessoas partem para a Amazônia, acossadas pelo flagelo natural e pela crise da economia agrária” (Souza, 2001, p. 172).

Os três anos durante os quais se alastrou a seca de 1877 no Brasil compuseram, ao alucinado ritmo da fome e da morte, intensos movimentos migratórios. No Nordeste, e mais do que em qualquer outro lugar no Ceará, retirantes traziam de um desconhecido sertão uma miséria em massa, um desespero em massa às cidades que, como Fortaleza, ensaiavam o embelezamento de uma certa *belle époque*, de uma

modernidade enfeitada de progresso urbano-industrial (Montebello; Silva, 2018, p. 61).

Nesse contexto entende-se que a migração em massa de nordestinos para a região amazônica, foi fundamental para suprir a necessidade de mão de obra, que anteriormente centrava-se na exploração de indígenas e de caboclos, mas que se tornou insuficiente mediante o significativo destaque da borracha como principal produto da economia do país. Deste modo, a mão de obra nordestina foi a principal força de trabalho na exploração do látex.

Além do que, dentre outros os fatores que corroboraram para estes deslocamentos, podemos destacar motivações climáticas, econômicas, políticas, entre outras. Chueiri e Câmara (2010), apontam tais como principais motivadores no que se refere a migração como meio de sobrevivência.

O primeiro caso, razões econômicas, relaciona-se à falta de condições dignas de sobrevivência. São sujeitos ou grupos de sujeitos mais vulneráveis que fogem da pobreza, da miséria, da polícia, etc, em busca de melhores oportunidades de vida e de trabalho que possam satisfazer as suas necessidades básicas – alimentação, saúde, educação, cultura etc. O segundo caso, razões políticas, relaciona-se à impossibilidade do exercício de seus direitos, ou melhor, é quando a liberdade, a igualdade – e seus desdobramentos – ficam impedidas de ser exercitadas. Assim, o deslocamento, significa, ao mesmo tempo, o abandono, o distanciamento da terra (natal), uma certa desterritorialização e a possibilidade de se restabelecerem outra terra (outra região do mesmo país, ou até mesmo em outro país) (Chueiri; Câmara, 2010, p. 159).

O fenômeno migratório ao longo dos séculos foi fator determinante no que se refere à organização das sociedades. Na configuração da fundação do nosso país, o processo migratório foi um marco na construção e formação da identidade do que podemos chamar de “o povo brasileiro”.

Estes migrantes nordestinos, esperançosos pela oportunidade de emprego, abundância de terras, que vislumbravam a Amazônia como o verdadeiro paraíso, onde poderiam recomeçar suas vidas, com dignidade e fartura, logo se depararam com uma realidade adversa da esperada. O sistema que os empregava consistia no aviamento, em que o “contrato” iniciava-se já com uma dívida, por vezes impagável, onde o lucro centrava-se, quase que por completo, com o contratante. Um sistema de exploração que aproxima-se do sistema de trabalho escravo, com pouco ou nenhum direito, com horas incontáveis de trabalho e condições sub-humanas de sobrevivência, essa foi a realidade encontrada por esses trabalhadores.

O seringueiro, retirante nordestino que fugia da seca e da miséria, era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentradora do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do

patrão. Endividado, não conseguia mais escapar. Se tentava a fuga, isso podia significar a morte ou castigos corporais rigorosos. Definhava no isolamento degradava-se como ser humano, era mais um vegetal do extrativismo (Souza, 2001, p. 183).

Destaca-se neste processo, a particularidade no que se refere a extração do látex na região amazônica. Por ser uma exploração extrativista, não havia uma regularidade na disposição das árvores de seringueira, muitas encontravam-se na mata fechada, outras às margens dos rios, o que dificultava ainda mais a extração da matéria prima. Este foi um dos fatores que tornavam o trabalho do seringueiro ainda mais oneroso. Os seringueiros oriundos da região nordeste depararam-se com uma região desconhecida, com áreas de difícil acesso, com jornadas intensas de trabalho, muitos adoeciam e morriam antes mesmo que pudessem receber qualquer assistência, ainda que houvesse.

Nas palavras de Warren Dean, respeitado brasilianista e autor de *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, livro que se tornou um clássico sobre o tema, a técnica da coleta do látex “é fácil de explicar, mas difícil de imaginar”. Dean assim descreve o trabalho dos seringueiros em meados do século XIX e início do XX: “A *Hevea brasiliensis* é uma espécie típica do estágio clímax da floresta pluvial amazônica. Como quase todas as espécies semelhantes, não se encontrava em arvoredos ou em grupos, mas bastante dispersa na floresta, comumente apenas duas ou três árvores por hectare. O seringueiro esperançoso tinha, primeiro, de localizar as árvores, depois abrir picadas – as chamadas estradas – ligando-as entre si. Essa tarefa poderia levar seis e até sete meses, tempo durante o qual pouca ou nenhuma extração podia ser feita (Bueno, 2012, p. 39).

Essas características na exploração da borracha foram determinantes no modo como os seringueiros adentravam a região para extração do látex. Às margens dos rios eram onde se buscavam preferencialmente explorar, por fatores de escoamento da produção, maior acesso a água e alimentos. “Em pouco tempo, a maioria desses cearenses entra pelo rio Purus, ocupando zonas ricas em seringueiras. No final da década estarão no Acre, território reivindicado pela Bolívia, pelo Brasil e pelo Peru.” (Souza, 2001, p. 173).

Ressalta-se, que configurava-se neste panorama o início da ocupação do território acreano, ganhando maior relevância à medida em que a exploração da borracha foi tomando proporções cada vez maiores. Havia um território ainda não ocupado, a não ser por indígenas bolivianos, com uma extensa área, rica em seringueiras e um numeroso grupo de nordestinos buscando sobreviver.

Foi assim, na chamada “transumância amazônica”, que os nordestinos adentraram na região do rio Acre, situada no extremo noroeste do Brasil, atrás das valiosas seringueiras. A revolução dos transportes que andava a galopes nos países Europeus e nos Estados Unidos, paralela à expansão da eletricidade, tinha fome por borracha, que naquela época saía toda ela da Amazônia, sendo que 60% era extraída do território acreano (Bueno, 2012, p. 56).

Conforme estabelecia-se a ocupação do Acre por brasileiros, a Bolívia buscou mecanismos que não permitisse que tal empreitada ocorresse, bem como a exploração da área, temendo perder o território para o Brasil. Souza (2001) destaca que os bolivianos, na tentativa de impedir a tomada do território do Acre, associaram-se a grupos econômicos europeus e norte-americanos, afim de coibir a posse da área, como também ser detentora de toda a produção de látex da região. Foi fundado então o *Bolivian Syndicate*, que assumiria a responsabilidade por manter de posse dos bolivianos o território acreano, e também poderiam explorar a área. Diante do cenário apresentado, há uma reação brasileira com intuito de coibir a ação boliviana. “Os empresários brasileiros decidem enfrentar a ameaça apresentada por tal poderosa associação” (Souza, 2001, p. 173).

Na disputa pelo território, destacam-se nomes como o de Luíz Galvez, jornalista de origem espanhola, que liderou, com apoio de empresários amazonenses, em 14 de 1899, “à frente de um exército de boêmios e artistas de teatro, ocupa o território e funda o Estado Independente do Acre” (Souza, 2001, p. 173). Luíz Galvez, ainda no mesmo ano foi deposto, por tropas federais brasileiras.

Outro nome, que se destacou no cenário da conquista do Acre, foi o do gaúcho Plácido Castro, o jovem liderou um significativo número de seringueiros, após a tentativa de Galvez, em 06 de agosto de 1902, declarando novamente o Estado Independe do Acre. “A experiência de combate adquirida por ele junto à guerrilha de Maragata (1893) ajudou-o na montagem da estratégia. Em pouco tempo um exército de 2 mil seringueiros estava à sua disposição nos arredores de Xapuri” (Bueno, 2012, p. 62).

Em meio a guerrilhas e conflitos, o Brasil apenas tomou posse do território do Acre após um ato diplomático, através do Tratado de Petrópolis mediado, entre outros, pelo diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Com o tratado, assinado em 17 de novembro de 1903, o Brasil indenizaria a Bolívia com o valor de dois milhões de libras esterlinas, além de se comprometer, novamente, a construir a ferrovia Madeira Mamoré, que permitiria uma saída da Bolívia para o Oceano Atlântico.

O primeiro ciclo da borracha trouxe para o Brasil, além do destaque como principal produtor de látex, grandes transformações em decorrência do progresso econômico em decorrência da exploração da borracha. A *Belle Époque* ocorreu no Brasil, na região amazônica, no período auge da borracha, transformando cidades como Belém e Manaus, em grandes centros urbanos e referência de modernidade, beleza e cultura na região.

Os sacrifícios a que eram submetidos os seringueiros na floresta amazônica eram apenas uma das faces do ciclo da borracha. Graças à riqueza proporcionada pela

exportação do produto, Manaus e Belém viveram momentos de luxo e glamour. As duas cidades passaram a ser as mais desenvolvidas do Brasil e das mais prósperas no mundo, principalmente Belém, não só pela sua posição estratégica – quase no litoral –, mas também porque sediava um maior número de residências de seringalistas, casas bancárias e outras importantes instituições (Bueno, 2012, p. 42).

Outra transformação em decorrência deste período, foi no que se refere ao perfil populacional da região, que para além da significativa migração de nordestinos, como referido anteriormente, imigrantes vindos dos mais diversos lugares do mundo, atraídos pelo relevante desenvolvimento econômico da Amazônia brasileira, reconfiguraram o contingente populacional da região. Nordestinos, Judeus, estes um pouco antes do ciclo da borracha, sírios, libaneses, italianos, portugueses, japoneses, entre outros. Cada um desses grupos, com significativas contribuições, acrescentaram à região toda uma singularidade social, econômica e cultural.

No final do século XIX, com o crescimento da economia do látex, levadas inteiras de homens e mulheres deixaram suas cidades e aldeias, como Baalbeck, Ghazir, Dimen, Beirute, no Líbano, e Ayo, Hamma e Damasco, na Síria, para reconstruir sua existência na Amazônia. (...) Dos europeus, além da constante e ininterrupta imigração portuguesa, há que salientar a presença dos italianos. (...) Os últimos grupos de migrantes estrangeiros a chegarem à região foram os japoneses, que a partir de 1928 começaram a se instalar nos municípios de Monte Alegre, Marabá, Bragança e Conceição do Araguaia, no Pará (Souza, 2001, p. 185-186).

Configurou-se assim, o primeiro ciclo da borracha no Brasil, que entrou em declínio após o início da produção internacional do látex. “Os ingleses haviam levado sementes de seringueira para a Malásia, onde lá aclimataram a espécie que se adaptou bem e muito rapidamente, não necessitando assim de muitos custos na produção” (Pereira, 2014, p. 201). Deste modo, impulsionada pelos ingleses, a borracha passou ser produzida na Ásia, principalmente na Malásia, onde as árvores eram plantadas agrupadas, tornando a coleta do látex mais rápida e prática em relação a produção do Brasil, onde as seringueiras encontravam-se em áreas de difícil acesso e em sua maioria, distantes uma das outras.

Este panorama veio a mudar no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando iniciou-se o segundo ciclo da borracha, ou também chamado “a batalha da borracha”, um pouco mais breve que o primeiro, durando mais precisamente de 1942 a 1945. “A guerra fez ressurgir no cenário da economia brasileira a produção da borracha” (Pontes, 2015, p. 57). Após o Japão, país pertencente ao grupo Eixo (Japão, Alemanha e Itália), obter o controle da maior produção internacional de borracha, situada na Malásia, os países do grupo Aliados (Inglaterra, França, Estados Unidos e Rússia), diante do cenário da guerra, temendo ficar sem a matéria prima, primordialmente para o setor industrial bélico, buscaram junto ao governo brasileiro o fornecimento de tal insumo.

A deflagração da guerra na Europa proporcionou à economia industrial dos Estados Unidos tremendos problemas de fornecimento, sendo o de borracha o mais crítico. Não haviam sido feitas reservas de borracha, embora alguns funcionários governamentais tivessem previsto a escassez. Descobriu-se que as companhias químicas americanas não tinham uma ideia clara sobre a produção de borracha sintética, pois se deixaram enganar por seus parceiros de cartel alemães (Dean *apud* Pereira, 2014, p. 201-202).

As negociações entre o governo brasileiro e os Estados Unidos (Eixo), teve como resultado os chamados *Acordos de Washington*, firmados em março de 1942. Guillen (1997), ressalta que através destes acordos os Estados Unidos forneceriam auxílio técnico e financeiro ao Brasil durante a Segunda Guerra, como material bélico, financiamento para programas de saneamentos e abastecimento alimentar, entre outros. Em contrapartida, receberia um variado fornecimento de matérias primas, assim como alguns minerais e, em especial, a borracha.

Aliada às políticas de integração, instituídas por Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1946), que visava integralizar as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, às demais regiões do país, através da economia e que também fomentava o desenvolvimento populacional destas regiões, iniciou-se um significativo incentivo por parte do governo para vinda de nordestinos para a região amazônica, para a extração da borracha. Estes migrantes, neste período ficaram conhecidos como “soldados da borracha”, alusão aos soldados brasileiros que foram a guerra. Estes no entanto, contribuiriam com a mão de obra, no fornecimento de insumos para a armada.

Sobre a promessa de bons pagamentos, reconhecimentos trabalhistas, previdenciários, criação de organizações e instituições, como o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores (SEMTA), dentre outros, chegava novamente a região amazônica, um grande número de nordestinos. “Dessa vez o governo brasileiro era o responsável pela mão de obra, diferentemente do primeiro ciclo, onde a iniciativa privada era responsável pela arregimentação” (Pontes, 2015, p. 62).

Apesar de toda a propaganda positiva e promessas feitas pelo governo a brasileiro, a realidade encontrada por esses trabalhadores estava bem distante do prometido. Guillen (1997), destaca que aproximadamente vinte mil dos “soldados da borracha” tenham morrido nos seringais, sobretudo por malária e fome, dados esses divulgados pela Assembleia Constituinte em 1946, que investigou as consequências da “Batalha da Borracha”.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, houve a retomada dos seringais do Oriente pelo grupo dos Aliados, e neste contexto findavam os Acordos de Washington, e a borracha brasileira não mais interessava aos Estados Unidos.

A situação ficou difícil para os seringalistas e para os Soldados da Borracha. Os seringalistas mais uma vez diminuíram a produção até que não conseguiram mais pagar as dívidas e decretaram falência (...) Situação trágica também foi para os “arigós”, que não conseguiram voltar para casa, sendo obrigados a ficarem nos seringais, que a cada ano diminuíam a produção, passaram a viver da agricultura, da coleta de produtos florestais e depois de expulsos dos antigos seringais a partir da década de 1970 foram mendigar nas cidades, realizando trabalhos domésticos e simples como vendedores ambulantes (Pontes, 2015, p. 66).

Este panorama simbolizava a decadência e fim deste segundo ciclo, que não teria como manter-se apenas com o mercado interno. Tais fatores históricos externos da exploração da borracha, foram em suma muito importantes para a configuração do espaço amazônico como nós conhecemos hoje.

1.2 A política de integração dos grandes projetos

Gradativamente, as políticas de integração voltadas para a região norte do Brasil foram ganhando espaço no cenário político, econômico e social. À medida em que a exploração de recursos naturais e ocupação da região mostravam-se importantes para o desenvolvimento econômico do país, voltava-se a atenção das autoridades brasileiras para a criação de incentivos e de regulamentações que servissem de subsídios para as ações direcionadas à região.

Cardoso e Müller (2008), ressaltam que durante a Constituinte de 1946, partiu dos parlamentares à época, a aprovação e inclusão do artigo nº 199, sendo esta ação um importante início para a inserção de políticas de integração e desenvolvimento da região amazônica. O referido artigo tratava de incentivos fiscais federais à região, e também previa a criação de incentivos fiscais por parte dos governos locais, Estados e Municípios.

Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária. Parágrafo único: Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão, para o mesmo fim, anualmente, três por cento de suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal (Brasil *apud* Cardoso; Müller, 2008, p. 84).

Posterior a este primeiro momento, em 1953, Getúlio Vargas, durante o seu segundo governo, sancionou a Lei nº 1.806, que tratava das ações referentes ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A referida lei definia entre outros objetivos a promoção do desenvolvimento da produção agrícola, extrativista e animal, a exploração de recursos minerais da região, a elaboração e execução de um plano de transportes e comunicações para

a Amazônia, a implementação de uma política de energia através do uso de recursos naturais, destinados aos principais centros de produção e da indústria, a criação de sistema de crédito bancário (Brasil, 1953).

Durante o regime militar (1964-1985), o Plano de Valorização corroborou diretamente para criação de órgãos e instituições que serviriam de subsidio para o desenvolvimento econômico da região. Neste contexto, foram instituídos, entre outros, a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em 1966, que de acordo com Cardoso e Müller (2008), teria como principal função a coordenação da ação federal na região, elaborando e executando o Plano de Valorização.

Em 1970, foi criado também o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e no mesmo ano o PIN (Plano de Integração nacional), que teria como principal finalidade o financiamento de obras relacionadas à infraestrutura nas regiões de atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e da SUDAM. O PIN foi instituído pelo Decreto Lei Nº 1.106, de junho de 1970, e seu art. 2º ressalta que a primeira etapa do Plano Nacional de Integração deverá compreender a construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. (BRASIL, 1970). Diante desta conjectura, Souza (2020) argumenta:

A política rodoviária do governo no período privilegiou, em grande medida, a ligação das áreas de fronteira e, além disso, buscou abrir caminhos de ingresso para as regiões com menor densidade demográfica. As rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, cujo traçado se embrenham na floresta, são destaques. O percurso da rodovia Transamazônica corta longitudinalmente praticamente todo o norte do Brasil, iniciando-se na cidade de Cabedelo, na Paraíba e projetada para chegar à cidade de Lábrea, no estado do Amazonas. A perspectiva era unir povoados e cidades que antes se comunicavam somente por via fluvial. A intervenção desencadeada na região transformou a paisagem, os povos, a cultura (Souza, 2020, p. 144).

A rodovia Transamazônica (BR-230), idealizada através do discurso “integrar para não entregar”, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, demonstrava-se uma importante via de ligação entre as regiões norte e nordeste. Territórios estes de fronteira do país, e estratégicos para o regime militar. “Não se tratava apenas de construir uma rodovia, mas, através dela, promover o sentimento de nação que amparasse a legitimidade da liderança política” (Souza, 2020, p. 146). Deste modo, a Transamazônica seria o caminho de acesso a imensa floresta, caminho também para a entrada dos que eram assolados pela seca, os migrantes nordestinos. A rodovia seria também a porta de entrada para grandes empreendimentos no setor da exploração mineral, industrial, entre outros.

“Trata-se, por tanto, de uma estrada que penetra na região selvática, especialmente no trecho que vai de Marabá, Altamira, Itaituba, no Pará, a Humaitá, no Amazonas, onde entronca com a estrada Porto Velho-Manaus” (Cardoso; Muller, 2008, p.132). A construção da rodovia foi iniciada ao final de 1970, conjuntamente em vários trechos, como afirma Souza (2020), fomentando, deste modo, através da política de ocupação implementada pelo Governo Militar, a colonização agrícola na região, uma vez que, houve intensas migrações de pessoas oriundas de outros estados do país que foram atraídas por promessas do Governo Federal, de que teriam terras produtivas para trabalhar na agricultura e pecuária. Sobre este contexto, Carvalho e Carvalho (2019) discorrem:

Essa estrada, partindo de conexões com a rede rodoviária do Nordeste, vai interligar a Belém-Brasília na altura de Marabá, às margens do Tocantins, e segue atravessando as bacias do Xingu e Tapajós até alcançar Humaitá, onde se encontraria com a estrada Porto Velho-Manaus. Com praticamente 1800 Km² de extensão, essa grande estrada não só conectou diversos pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes do rio Amazonas, mas também serviu como estrada de penetração do grande capital sulista e da força de trabalho para os projetos de colonização de assentamento do governo e da iniciativa privada (Carvalho; Carvalho, 2019, p. 80).

Neste panorama, subsidiados pelo INCRA, desenvolveram-se variados projetos de colonização, idealizados no entorno da Transamazônica, como o projeto Altamira, que segundo Cardoso e Muller (2008), até meados de 1973 o INCRA selecionou e colocou cerca de 2.550 famílias, em uma área de 64 mil quilômetros quadrados, dispostas em comunidades rurais. Em 1971, o fluxo migratório na região foi intenso, inúmeras famílias vindas principalmente do nordeste, e também do próprio estado Pará, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, encontrava-se no município de Altamira, principalmente na área rural. Outro projeto de colonização ocorreu em Marabá, onde “até o fim de 1971, ocorreu o assentamento de 71 famílias, em sua maioria da região, [...] em 1972 havia cerca de 600 famílias assentadas ao longo da Transamazônica” (Cardoso; Muller, 2008, p. 117). A maioria dos migrantes era oriundo do Maranhão, Ceará e Piauí, os da região sul do país, eram poucos.

Apesar da criação de leis, instituições federais, como o INCRA, entre outros, por parte do governo federal e também por parte da iniciativa privada, que subsidiaram e fomentaram os projetos de colonização agrícola na região amazônica, principalmente no entorno das rodovias federais, como foi no caso da Transamazônica, segundo Carvalho e Carvalho (2019), esses projetos não tiveram êxito, havendo um intenso aumento populacional nessas regiões, e o grande fluxo migratório ficou dividido entre os que serviram de mão de obra para os

grandes projetos agropecuários impulsionados pela SUDAM, e os que lutaram pela posse da terra, este último durando até a atualidade.

Para além da construção de rodovias e colonização agrícola, as políticas de integração realizadas na região amazônica também estavam direcionadas ao setor energético, uma vez que, a região apresentava grande potencial hídrico, tendo sido no período do regime militar construídas as maiores usinas hidrelétricas.

Segundo Pereira (2013), para além da necessidade de suprir a demanda energética da região, a construção de hidrelétricas na Amazônia surge como uma das partes centrais da estratégia de desenvolvimento do país, iniciada na década de 30, durante o governo de Vargas, e consolidada no período do regime militar com o ideal de “Brasil Grande”.

Dessa forma, a industrialização da região, o desenvolvimento de ligações inter-regionais, o incentivo a projetos de exploração de minérios e o estímulo à agropecuária se inserem na estratégia do Estado brasileiro de incorporar a Amazônia ao espaço produtivo do país. A implantação desses projetos aumentou consideravelmente a demanda energética da região, o que justifica, em parte, a construção das primeiras grandes hidrelétricas na Amazônia nesse período (Pereira, 2013, p. 12-13.).

A construção das barragens hidrelétricas foram de suma importância dentro do contexto do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) promovido pelos militares, tendo em vista que, havia um princípio de crise energética emergindo em decorrência do primeiro choque do petróleo, em 1973, atingindo fortemente o Brasil com a repentina alta dos preços imposta pelos países árabes, principais produtores da commodity à época. Além desta questão, a construção de hidrelétricas fomentaria a vinda de indústrias eletrometalúrgicas, direcionadas para o leste da Amazônia, consequentemente, contribuindo para sua ocupação.

Ainda neste período, os avanços no setor elétrico promoveram a criação da Eletronorte, em 1973, através da Eletrobrás, contudo, a exploração deste segmento energético trouxe grandes prejuízos sociais e ambientais para a Amazônia. A construção das maiores hidrelétricas à época, Tucuruí e Balbina, ocasionou sérios problemas para a região, dos quais podemos mencionar os relacionados à saúde pública, problemas demográficos, atingindo drasticamente as comunidades indígenas e tradicionais, estas que não chegaram a ser consultadas sobre os impactos negativos que as construções das hidrelétricas poderiam gerar (Pereira, 2013, p. 34).

2. A POVOAÇÃO DA AMAZÔNIA NAS “VIAGENS” DE MIGUEL DOS SANTOS PRAZERES

Segundo Silva (2014), Miguel é o típico caboclo amazônico que enfrenta todo tipo de desafio, “conhece as matas como bicho e as águas como peixe”. Conhecido por suas incríveis proezas nos rios e nas matas, seja numa lida com o gado, montado em um cavalo no rodeio, nos puxiruns para cobrir barracão, na pesca de jacaré, na captura do pirarucu ou na caça de animais de mato, coletar juta nas várzeas, Miguel gostava mesmo era de correr terra, navegar pelos rios e conhecer novos lugares. “Miguel é o tipo perfeito do nosso caboclo. É o cruzamento do negro com o indígena. Tem a astúcia e a malícia do nativo, a desenvoltura e estatura do negro, feições do indígena e o comportamento do branco” (Silva, 2014, p. 42).

Silva (2014) ainda aponta que Miguel é corajoso e destemido pois, tem o corpo fechado para as coisas ruins, em sua juventude foi benzido por um dos antigos mestres do Quilombo Pacoval, onde também tomou uma dose do Contraveneno, famosa bebida tradicional feita com ervas medicinais utilizada contra o veneno de cobras e animais peçonhentos.

O grande sonho de Miguel era ser pirotécnico da festa de Santo Antônio de Alenquer. Ver os fogos explodindo no céu na noite do dia 13 de junho, última noite da trezena religiosa. Miguel era fascinado pelo brilho e pelo estrondo dos foguetes. A festa de Santo Antônio e as enchentes marcavam, e delimitavam o tempo e a rotina das pessoas. Os foguetes eram sinônimo de alegria, festa e vitória. Quando os balateiros⁵ desciam dos altos rios após meses de trabalho, jogavam foguetes; quando os castanheiros recebiam o saldo da castanha, jogavam foguetes; quando os juteiros⁶ tiravam o saldo da juta, soltavam foguetes. Todas as festas eram anunciadas com fogos, missa, ladainha, serenata, puxirum, casamento, batizado e nascimento. Em todos os momentos de festa os fogos estavam presentes com seu estrondo e brilho (Carneiro, 2024, p. 44).

De acordo com Castro (1997), além do brilho e do som dos fogos, ser pirotécnico oficial da festa de Santo Antônio era considerado, um cargo de prestígio e importância, pois o profissional escolhido para esta missão tinha o nome gravado em letra de ouro no programa da festa e este detalhe fez surgir no âmago de Miguel esse grande desejo.

Miguel navegou pelos rios da Amazônia, coletou castanha-do-Pará no rio Curuá, embarcou em lanchas que conduziam gado para os marchantes de Manaus. Trabalhou nas

⁵ Indivíduo cujo ofício é extrair o látex da balata.

⁶ Pessoa que trabalha no cultivo de fibra têxtil vegetal denominada juta.

embarcações que trocavam cachaça por com peixe e couro de jacaré. Subiu o Tapajós inúmeras vezes e foi balateiro nas matas de Almeirim. E descarregou muita mercadoria no Mercado do Ver-o-Peso em Belém. Correu terra, léguas e léguas, subiu e desceu rios (Silva, 2014, p. 53)

Por viagens, assim inicia a narrativa de Benedicto Monteiro. A saga do personagem Miguel dos Santos Prazeres, na novela *Como se faz um guerrilheiro*, é narrada por ele através de suas andanças como embarcação pelos rios da Amazônia, mais precisamente, no trecho Belém-Manaus, como expõe o próprio:

Já que o senhor insiste, vou contar minha história, mas por viagens. Depois que eu larguei minha canoa jita⁷, perdi todo o mundo que ficava na linha da língua d'água. Pro senhor que me ouve hoje, pode parecer uma extravagância de memória. Mas, para mim, foi um salto muito grande no rumo das distâncias (Monteiro, 1995, p. 5).

Esse aspecto relevante sobre Miguel, pertencente as características que definem o homem, está a sua capacidade de locomover-se, movimentar-se. Ao longo de séculos esta ação permitiu ao homem sobrepor as condições mais adversas de sobrevivência. Resstel (2015), aponta a mobilidade como uma característica do homem indispensável ao desenvolvimento da humanidade, tão importante quanto a inteligência, entre outras, ainda que não seja atributo central.

Ainda que não se considere a mobilidade como um traço central, indubitavelmente ela é uma importante parte constitutiva do homem. Ao lado da sabedoria, da capacidade laborativa, da postura ereta e de tantas outras estão também a itinerância, o nomadismo, a errância, a andança, enfim, a disposição e a habilidade do homem para realizar deslocamentos no plano geográfico, social, psicológico e cultural (Resstel, 2015, p. 37).

A migração é um fenômeno que acompanha a humanidade desde as primeiras civilizações. O ato de migrar refere-se justamente à ação de mover-se, mudar de um local, região, país para outro. Essa mudança pode ocorrer de forma individual e/ou em grupos, estes pequenos ou numerosos, de forma sazonal ou permanente. Aos movimentos de saída dá-se o nome de emigração, aos de chegada denomina-se imigração, quando eles ocorrem entre regiões dentro de um mesmo país, nomeia-se migração interna, entre países diferentes, migração internacional, “entre as diferentes experiências humanas de deslocamento e mobilidade, encontramos as que se expressam no chamado fenômeno migratório” (Resstel, 2015, p. 37).

⁷ Palavra do dialeto paraense que significa “pequeno”.

Não obstante as características humanas fundamentais ao desenvolvimento da humanidade, Miguel tem em sua essência a itinerância e, é por meio de suas chegadas e partidas que ele inicia a missão de perpetuar sua vida através da concepção de outras vidas, mais exatamente sete vidas. “Eu falo em sete filhos porque já perdi a conta de quantos são. É porque só esses foram fabricados assim de propósito. Dos que eu não me lembro a hora, o momento do gozo, esses não contam na minha história” (Monteiro, 1995, p. 51). Apesar da sua trajetória itinerante, Miguel ressalta que são em suas paradas que seu intento de gerar vidas acontece.

A personagem de Miguel é descrita como um caboclo da Amazônia, ou como ele mesmo diz “cabôco”⁸, que tem uma relação íntima com a natureza, principalmente com o rio, que para ele é como se fosse parte do seu ser. Havia entre ele e o rio uma conexão, como se fossem partes de um todo, e nas águas Miguel sentia-se livre, para ser, pensar, sonhar, ele conseguia ser ele na sua maior intimidade. Talvez, nas águas ele tenha recebido o seu encanto, e a partir dele, a missão de criar um novo mundo, reforçado pelo momento em que ele como fogueteiro, em noite de homenagem ao santo de devoção, ilumina o céu com seus fogos de artifício, e imagina que maior feitura que essa, de dominar o fogo, só a de criar vida.

Mas depois que fabriquei os fogos, rasguei o céu quase pela metade, que dividi o tempo, que cheguei pertinho de Deus e seus mistérios, senti que para fazer coisa maior do eu tinha feito, só se eu fizesse gente. Comecei então a trepar as mulheres já com afinco de fazer um filho homem. Para mim, fazer um filho era a única maneira de continuar o meu encanto. Era a única maneira de ter poderes e sonhos vivos. Sonhos loucos, o senhor pensa, e poderes de criar o mundo, a própria natureza. (Monteiro, 1995, p. 15).

Neste recriar ou criar um novo mundo, Miguel tem como propósito não somente ter sete filhos, mas sete filhos, com sete mulheres diferentes, de etnias e culturas distintas. “Careciam de serem de mães diversas e de sangue de várias raças. Para que um não parecesse com o outro: um não sabendo do outro e cada um vivendo a sua vida à parte” (Monteiro, 1995, p. 15). Podemos depreender deste desejo de Miguel a miscigenação como traço significativo deste mundo novo que ele pretende povoar. É possível também destacar a característica geográfica da região amazônica, de extensão territorial tão significativa, que ali seria possível fazer um mundo próprio, e único.

Sperber e Wilson (2005) diriam que a simbologia da viagem ocorre o processo de afirmação central da Teoria da Relevância, onde as expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e imprevisíveis o suficiente para guiar o leitor na direção do

⁸ É uma variante linguística do substantivo “caboclo”. Filho de pais de etnias diferentes, sendo um indígena e outro branco, e que tem a pele acobreada e os cabelos negros e lisos.

significado do falante. Como podemos observar:

O Princípio Comunicativo de Relevância e a definição de relevância ótima sugerem um procedimento prático para desempenhar essas subtarefas e construir uma hipótese sobre o significado do falante. O ouvinte deveria tomar um significado linguístico decodificado; seguindo um percurso de menor esforço, ele o enriqueceria em um nível explícito e o complementaria em um nível implícito até uma interpretação resultante encontrar sua expectativa de relevância (Sperber; Wilson, 2005, p. 232).

Num segundo momento, quando Miguel inicia suas viagens, começa perceber a necessidade de conhecer outros espaços, pressupõe uma fuga de sua miséria existencial e constata que a viagem poderá possibilitar um avanço rumo à liberdade e assim poder conhecer o mundo - correr terra⁹ -, esta decisão decorre da dramaticidade que move sua condição.

No momento posterior, marcado pelo anseio de libertação, a viagem é por ele referida como uma quebra das amarras que o prendem no lugarejo de origem. Neste aspecto percebe-se sua recusa à vida de submissão e confinamento para, em seguida, assumir um lugar de importância quanto ao papel de homem “reprodutor”, verificada no momento inicial da narrativa, na metáfora da “fabricação de fogos”, com significado de procriar.

2.1 Os sete filhos de Miguel com sete mulheres de etnias diferentes

Castro (1997) argumenta que, a "cosmogonia"¹⁰ do número 7" refere-se ao seu significado místico, espiritual e simbólico na criação do universo, onde o número sete representa a união do divino (representado pelo número 3) com o físico (representado pelo número 4)¹¹, a completude do universo, e o triunfo do espírito sobre a matéria. Nota-se, que este número é central em várias tradições, aparecendo nos sete dias da semana, nos corpos celestes observados pelos gregos, nos sete pecados e virtudes cristãs, e em ciclos de vida, refletindo um padrão universal de completude e transformação.

O número sete é visto como a soma do “três” (princípio espiritual, a Trindade) e do “quatro” (os quatro elementos do mundo físico), simbolizando a união dos dois mundos e a totalidade do universo. Na tradição judaico-cristã, Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo, tornando-o um dia santo e sagrado (Castro, 1997, p. 29).

⁹ Expressão do dialeto paraense que significa “correr o mundo”, viajar.

¹⁰ Corpo de doutrinas, princípios (religiosos, míticos ou científicos) que se ocupa em explicar a origem, o princípio do universo; cosmogênese.

¹¹ Alusão simbólica do número “três” ao Divino, remete a ideia da santíssima trindade (O Pai, o Filho e o Espírito Santo), ao passo que, o número “quatro” está ligado ao plano físico, tal qual observa-se os quatro elementos da natureza: terra, fogo, água e ar; aos quatro pontos cardiais; as quatro estações do ano; entre outros.

Assim, o primeiro filho feito com o propósito da criação foi João Marreca, filho de “cabôco e cabôca” como ressalta Miguel. Um filho “macho”, que traz consigo as características do pai quando jovem, “a voz falante em risadas altas e o olhar brilhante de quem quer ver por trás e por cima das coisas altas” (Monteiro, 1995, p. 10). Deste filho são ressaltadas suas habilidades como vaqueiro, caçador e pescador, com a impaciência própria da juventude, este filho traz consigo toda a representatividade do homem da Amazônia, e sua relação com a natureza.

Ao descrever a feitura deste filho, Miguel apresenta elementos como o rio, o barro, a mata, fazendo uma analogia ao momento íntimo que teve com a “cabôca”, como se a própria natureza estivesse realizado aquele ato. “Acho que foi fazendo ele que encontrei o meu encanto, o jogo mais cativo, o momento que eu fiquei como gigante. Como um rio correndo e procurando e tapando todos os buracos, como o vento levando água, terra e vida na caixa da semente” (Monteiro, 1995, p. 10).

Deste modo, podemos depreender que o “cabôco” (menino) representa o homem que tem íntima ligação com a natureza e, como descreve Miguel, ânsia por viver e desbravar o desconhecido, ao passo que o termo “cabôca” refere-se ao divino, o sagrado, ou seja, a que pode gerar. Com base no que foi dito anteriormente é possível inferir dois significados da palavra “cabôco e/ou cabôca”. No primeiro momento ele é utilizado como gênero que serve para reproduzir, numa compreensão final observa-se que ele é entendido como uma dádiva divina ou algo muito útil. Sobre os demais elementos, Sperber e Wilson (2005) explicam que a casos, em que o conjunto de significados dos signos podem ser transmitidos de forma subjetiva e é ilimitado a compreensão como nos casos dos termos “gigante, rio, vento, água, terra e vida”.

“O senhor veja que só poderia nascer um filho como João Marreca. Quase da cor do barro, levado de venta, com uma ânsia do mundo varando pelos olhos. E o riso franco todo o tempo boiando pela boca” (Monteiro, 1995. p. 10). Neste caso, na concepção da Teoria da Relevância, refere-se àqueles signos que o comunicador pode despertar em seu discurso ao atrair a atenção para as características do ambiente.

O segundo filho é Zé Ito, cuja mãe era uma japonesa de “pura descendência” como ressalta Miguel. A feitura deste filho ocorre durante uma parada devido um problema no motor do barco em que Miguel estava, durante uma viagem na região de Manaus e Acre, “o japonês-pai era mecânico e entendia paresque¹² do defeito da máquina” (Moteiro, 1995, p.

¹² Vocábulo do dialeto paraense. Fala abreviada da expressão ‘parece que’. Exprime dúvida.

17). Miguel aproxima-se da moça usando como argumento a colheita de hortaliças em uma plantação nas proximidades, já que um dos ofícios de Miguel era o de mestre cozinheiro na embarcação.

Na feitura deste filho é ressaltado o desejo de Miguel fazer filho mestiço. “Só quando eu estava por riba dela, que senti que podia fazer filho conforme o meu desejo. Um filho mestiço, cabôco inteirado, apurado e misturado de jeitos contrários e cores não muito diversas” (Monteiro, 1995, p.17). Este filho é piloto de lancha, e apesar das características físicas asiáticas, Miguel ressalta que ele está percorrendo caminhos diferentes dos seus descendentes maternos no que se refere ao trabalho com o cultivo e venda de hortaliças na região. Zé Ito como piloto percorre os rios rompendo com as correntezas, percorrendo distâncias que o levam a novos horizontes.

O terceiro filho mencionado por Miguel, que no início da narrativa ele diz apenas ser mateiro, é chamado de Naurício, filho de uma paraibana chamada Lucília, que já buscava por Miguel para ter um filho homem. O encontro dos dois ocorre durante uma festa, onde eles dançam, bebem e logo a mulher o conduz em direção ao carro de boi para a feitura do filho.

Miguel tem ressalvas em falar sobre este filho, pois ele revela mais adiante ter se tornado guerrilheiro e subversivo, e somente após sentir-se seguro em falar da feitura deste filho, ao final da narrativa revela o seu nome, apenas o de batismo. “Um dia lhe conto, um dia ainda lhe conto, quando tiver certeza que o senhor não é nem do governo, nem da Polícia. Preciso saber primeiro se não há nenhum perigo para contar a história deste meu filho” (Monteiro, 1995, p. 21).

Calilo é o quarto filho, cuja mãe Latife é de origem libanesa, Miguel a conheceu através de uma ferra de gado na fazenda de seu pai, o velho Abidala. O momento da ferra era também ocasião para festejo na fazenda, com abundância de comida e bebidas, servidos a vontade aos convidados. A ocasião também era o momento em que o anfitrião falava orgulhosamente dos feitos de suas filhas, da coragem e força física das moças, em especial a Latife, que logo despertou o interesse de Miguel para continuar a realizar a sua missão. “Quando me deu a cavilação de fazer filho em mulher de outra raça, eu comecei a pensar num jeito de encontrar essa tal de Latife, filha do velho Abidala” (Monteiro, 1995, p. 23).

A feitura deste filho porém, ocorre após este momento da ferra, em um outro festejo local, onde Miguel ressalta as características físicas da moça fazendo uma analogia à maçarandubeiras que já havia escalado, e troncos de árvores de bubuia¹³ que já havia pisado e

¹³ Palavra do dialeto paraense que expressa “aquilo que flutua sobre a água”, que está boiando.

apalpado. Apesar deste filho apresentar os traços físicos da família materna, e também desempenhar a profissão de marreteiro, que segundo o personagem central de Monteiro, tem relação com as heranças da origem étnica de sua mãe. O rapaz traz consigo toda a “caboquice¹⁴” de Miguel, seja no gosto pela cachaça, na dança, nas habilidades com a canoa, remando e até o seu jeito na conquista de mulheres e intimidade com as águas dos rios.

Agora tem uma coisa, ele com todo o seu tamanho e aquele cabelo encaracolado, ele carrega toda a caboquice do meu sangue. Isso eu lhe digo e comprovo, principalmente quando ele carrega a mão numa cachaça. Tanto na festa, dançando, como na canoa, remando, carrega o meu jeito de brincar com a dama e com a água (...). Por isso eu lhe digo, mesmo no corpo de galego, ele carrega as minhas maranhas e as minhas vontades. E mania minhas ele tem muitas (Monteiro, 1995, p.32).

O quinto filho chamado de Benedito, é filho de uma negra livre como ressalta Miguel. “É que ela, além de ser negra é livre. A gente via até de longe que ela brincava com a liberdade. E punha a liberdade nas menores coisas.” (Monteiro, 1995, p. 33). Para a feitura deste filho, o protagonista utilizou da sua arte de fogueteiro para adentrar ao quilombo durante os festejos de São Benedito, o padroeiro da comunidade, e assim aproximar-se da moça, que lembra ele já ter avistado ainda quando menina, temendo talvez não reconhecê-la, agora já mulher.

Durante uma dança tradicional ele avista a moça, e a certeza de que era a mesma que ele havia observado em outro momento vem com o ar de liberdade que ela deixava transparecer em seus movimentos, no olhar, no sorriso, e ao ser o seu par durante a dança, Miguel discretamente lhe convida ao encontro. Este filho traz as características físicas de sua mãe, desempenha a profissão de motorista, e diferentemente de sua família materna, não se manteve isolado no quilombo, mas através de seu ofício percorre longas distâncias, e o seu ideal de liberdade vai além da que foi dada aos seus antepassados, ideal este, herdado de seu pai, Miguel.

Eu mesmo, no princípio, não via nada nele que puxasse pras minhas bandas. Mas foi só o negrão se pôr homem, foi logo querendo sair daquela vila como indício de liberdades. Um filho meu, feito assim, não podia mesmo carregar uma cor tão pesada, com tantos pesos e amarras. E a primeira coisa que ele disse pra mãe dele foi que ele queria correr terra correr mundo. (...) Da parte dela, as únicas coisas que ele carregou consigo quando deixou a ilha, foi a cor e nome Benedito. Mas, se a mãe dele não sabe, eu bem sei que foi o meu sangue que esquentou e ferveu em suas veias. Foi a força do meu destino que rompeu as barras daquela negrura. Um filho meu não podia ficar a vida toda naquela prisão verde só para ser livre (Monteiro, 1995, p. 42).

¹⁴ Atitude de caboclo, matuto.

Joaquim é o sexto filho, conhecido como Joaquim fogueteiro ou “Quim Foguete” devido a profissão de pirotécnico, é filho de uma portuguesa. Miguel revela um certo receio ao cruzar o seu sangue com uma portuguesa, ele faz menção ao período da colonização da Amazônia, onde houve a tentativa de escravizar indígenas, e inúmeras comunidades foram dizimadas, tendo suas terras tomadas pelos colonizadores. Além deste momento ele menciona outro período da história do Brasil em que ocorre a Revolução da Cabanagem, “trata-se de revolução armada contra a dominação portuguesa na Amazônia Paraense, entre 1835 e 1840. Uma revolução de caboclos, índios e negros, pela qual o povo chega ao poder e nele se mantém por algum tempo” (Loureiro, 2007, p. 28).

A grande dúvida que eu tinha era fazer um filho com uma portuguesa. Não que fosse pela raça, que todas as raças são próprias para gerar o mundo. E as portuguesas que eu conheci eram, quase todas, filhas de comerciantes. Também, as histórias de muito longe é que me davam essas desconfianças. Sempre me contavam que, durante anos, os portugueses tentaram fazer os índios e tribos escravos. Aqueles que não se rendiam, eles matavam. Destruíram nações e nações de índios. (...) Pois, além dessas histórias antigas, ainda tinha a história dos cabanos que fizeram a Revolução da Cabanagem. Aí, já não era só índio que morria lutando. Era também muito caboco como eu, já misturado, que era preso e morto pela liberdade” (Monteiro, 1995, p. 49-50).

Apesar do receio, Miguel observa que misturar seu sangue com o de uma portuguesa poderia pôr fim em qualquer sentimento ruim herdados desses momentos históricos. “Talvez o amor e a força do meu sangue quebrassem as barreiras dessas histórias de índios e cabanagens” (Monteiro, 1995, p. 50). Miguel aproxima-se da moça através dos serviços, entre eles a colheita de castanha, que prestava ao seu pai. Ao desempenhar alguns trabalhos, Miguel logo ganhou a confiança do comerciante.

O encontro deles ocorre quando ele fica encarregado de levar a moça aos passeios de barco e cavalo, e durante um desses passeios a barco ocorre a feitura deste filho. Joaquim herda a aparência física de sua mãe, nasceu e foi criado em Lisboa, porém Miguel ressalta a força do seu sangue caboclo, presente no rapaz ao desempenhar sua antiga profissão de pirotécnico, onde o rapaz desempenha com excelência, reforçando assim a mistura das raças, dando continuidade aos antigos sonhos de Miguel.

Enfim, temos a feitura do sétimo filho que é um indígena (o filho das águas e da floresta). Miguel tem por certeza ser o último feito com propósito de povoar o mundo, nele encerra a missão do protagonista. Na concepção do “índio”, a natureza é mais que apenas um local onde será realizado o encontro de Miguel com a indígena, mãe do rapaz, a natureza neste caso para Miguel é como se fosse um terceiro elemento para a feitura deste filho, é como se ele viesse da própria natureza, água, barro, vento, folhas, galhos, Miguel e a

indígena, todos em um encontro, o homem e natureza, para a criação de uma nova vida. “Mas esse, esse derradeiro e último da minha própria lavra, esse, esse veio porque mais da água e muitos mais das plantas que cresciam” (Monteiro, 1995, p. 65).

Miguel narra ter sido conduzido pela natureza rumo ao encontro com a indígena, após um período dentro da mata, cada vez mais ele era levado como um encanto em direção à mulher. “Uma força me guiava, um encanto me chamava pra fazer um filho numa índia brava” (Monteiro, 1995, p. 67). Do encontro que durou dias, o protagonista refere à naturalidade em que tudo acontecera, a simplicidade e como a natureza os envolvia, ele sentia que de alguma forma estava devolvendo à natureza algo que já era dela, ao mesmo em que estes momentos lhe permitiam uma conexão com o seu “eu interior”, como se cada elemento da natureza fosse extensão do seu próprio “ser”.

A floresta é lar deste filho e, Miguel assim deseja que ele continue como parte da natureza, livre e longe de qualquer desenvolvimento que possa roubar do rapaz sua liberdade. “Deus te livre, meu filho, dos perigos duma estrada ou duma fazenda, Deus te livre ainda mais te livre ainda mais das botas de sete léguas dessa imundícia de progresso” (Monteiro, 1995, p. 70).

Com a feitura deste último filho encerra-se a missão de Miguel, estão feitos os sete filhos com sete mulheres etnicamente diversas, para povoar/repovoar este mundo chamado Amazônia, formando sua descendência Miguel nos apresenta uma das mais relevantes características da Amazônica, a miscigenação, herdada pela mistura de todos os povos que vieram para a região amazônica, e pelos nativos que já habitavam-na ao longo dos séculos. Destacando a mistura das culturas, cabocla, japonesa, libanesa, nordestina, portuguesa, africana e indígena, na formação sociocultural da região.

Por fim, não menos importante, fazemos referência ao nome do principal personagem da novela monteiriana, Miguel dos Santos Prazeres. O primeiro nome representa a santidade fazendo alusão ao anjo Miguel citado na Bíblia, com o Arcanjo Miguel que é representado como um líder celestial, guerreiro e defensor do povo de Deus, lutando contra forças malignas e Satanás. Ele é o protetor dos fiéis, com sua espada e batalha contra o mal simbolizando sua autoridade divina e vitória do bem. Sua importância é destacada em passagens do Livro de Daniel, na Carta de Judas e no Apocalipse, onde ele lidera o exército de Deus contra o dragão. Neste caso, a compreensão é que o personagem seja a representação de um grande guerreiro celestial, ou seja, o “guerrilheiro” divino.

Quanto ao sobrenome “dos Santos Prazeres” são uma referência ao prazer da carne, os prazeres do mundo, a encarnação de Adão – que tinha a missão de povoar a Terra. Na visão

do personagem, o fato de ter “recebido” a missão de povoar o mundo, para ele este ofício é entendido como um “santo prazer”, portanto, a união do divino com físico, na simbologia da soma dos números três e quatro, consequentemente, concebendo sete vidas capazes de repovoar a Amazônia monteirista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia, os rio e igarapés são as ruas dos ribeirinhos. A floresta é a morada dos “deuses”. Estes dois elementos pressupõem uma compreensão de que, no espaço entre o rio e a floresta, é onde tudo acontece. Esse é o espaço onde se fazem os “guerrilheiros”. E o *lócus* onde as culturas se misturam numa dinâmica de um verdadeiro *Sfumato*¹⁵ (semiose). Assim compreende-se a ideia de miscigenação em que indígena é o grande conhecedor desse espaço, o negro, é o provedor da mão de obra e, o branco (imigrante) - o patriarca, dono do poder. Daí, reforçamos que o processo migratório sempre esteve presente, ao longo dos séculos, desde o período colonial com chegada dos primeiros europeus e os escravizados, trazidos a força do continente africano, como um fator importante na constituição do atual panorama geográfico, político e social do país.

Uma vez que, aquele que migra, traz consigo características socioculturais próprias do seu local de origem, seja a língua materna, costumes, culinária, vestimenta/indumentária, religião, entre outras. Deste modo, é possível compreender o Brasil como sendo um país de uma cultura particular, única, uma vez que estão inseridos em sua sociedade grupos étnicos de diferentes origens, compreendendo neste caso as criações da cultura, como refere Loureiro (2007), sendo próprias do caráter de uma produção social. Este fator configura para cada região do país características culturais próprias, ao mesmo tempo em que estão mescladas às culturas diversas, sobretudo em contexto amazônico.

Rodrigues (2015) pontua que a miscigenação entre os europeus, africanos e indígenas foram cruciais para a formação do povo brasileiro. Mas, considerando que as contribuições indígenas e africanas ainda sofrem, em certa medida, uma negação na modulação da religião, pois a religião brasileira ainda apoia-se fortemente nas bases de origem europeia, que gozam

¹⁵ Técnica aplica camadas finas de tinta para fundir contornos e gerar uma atmosfera misteriosa e realista, mistura.

de maior prestígio social, como se fosse de “maior valor” no processo de construção da identidade cultural.

Ao compreender a Amazônia, por meio da novela de Benedicto Monteiro, como um espaço de grande diversidade cultural e social, destacamos que explicar em linhas gerais as descobertas de como as práticas de leitura, por meio da Semiótica, ajudam a entender os elementos simbólicos na literatura, é de fato, indescritível. Percebemos que algumas simples estratégias de leitura podem se transformar em uma metodologia e/ou um processo importante no desenvolvimento de habilidade leitora.

Outra reflexão possível dentro da novela monteiriana, diz respeito a cobiça imposta sobre a Amazônia paraense, que há séculos desperta o interesse dos mais variados povos e segmentos sociais. Sua biodiversidade, extensão territorial, localização geográfica, que abriga uma das maiores concentrações de recursos hídricos do país. A bacia hidrográfica amazônica concentra cerca de 60% da água superficial do Brasil, são alguns dos fatores que contribuem para que a região seja tida como uma das mais importantes, tanto nacionalmente como internacionalmente.

Portanto, dentro desse panorama da obra novelesca de Benedicto Monteiro, como uma possível fonte de saberes regionais, encontra na Teoria da Relevância um importante mecanismo de percepção da leitura, que pode auxiliar na reflexão de diferentes temáticas. Assim, fazendo com que Literatura e História dialoguem no que diz respeito a representação da realidade aparente. Nesse sentido, o trabalho se constituiu em uma breve análise da leitura do texto considerando a teoria da relevância, dentro da Semiótica da Cultura, e isso nos deu uma margem considerável de percepção e de entendimento de que, mais do que decodificar é necessário saber ler o mundo do ponto de vista do que é relevante. Portanto neste exercício de análise interpretativa, pudemos perceber que a “Arte imita a vida e vive-versa”.

Destaca-se também, que por meio da pesquisa desenvolvida, pôde-se observar que a novela de Benedito Monteiro dá voz à um personagem de origem humilde que, historicamente, é silenciado pela sociedade capitalista. Possibilitando mostrar seus anseios e pensamentos, e experiências através da metáfora da viagem. Acrescenta-se que mediante tais fatos, a construção da miscigenação e da impressão de verdade na sociedade se dá por meio de relações, e exercícios de poder, que se constituem como redes. Esses mecanismos de exercício do poder, quando praticados por determinados grupos sociais, conseguem promover discursos aparentemente verídicos, sendo capazes de dominar uma parcela da população, com uma narrativa que aparenta ser natural e, especificamente, quando são validados por intelectuais é o que resulta, no caso em questão, da promoção do discurso do “guerrileiro

caboco”, em sua sina pelos rios da Amazonia, espanando riquezas, isto é, filos, no sentido espanar “homens sem terra numa Terra sem homem”. Esta é uma possível compreensão da obra.

Essa realidade é destacada na fala de Machado (2011), onde expressa que “a sociedade ocidental foi construída sob um regime patriarcal e falocêntrico, herdeira de uma tradição judaico-cristã. A cultura sempre relegou ao homem ribeirinho amazonida uma posição marginal na sociedade; nesse sentido este sempre foi oprimido, subjugado, negado e, por vezes, silenciado. Não tem muito o que contestar, é uma realidade que ainda continua “abrindo feridas” em muitas sociedades mundo afora.

A Literatura deve ter um lugar privilegiado justamente para que a imersão no texto literário seja construída de forma prazerosa, motivando a aquisição do hábito de leitura para que este perdure por toda a vida do sujeito. Um preparo necessário para que, na etapa seguinte, a literatura possa ser contemplada não apenas como um gênero textual dentre outros, mas também como objeto estético a ser apreciado com maior capacidade de análise, reflexão e interpretação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. **Cria o Programa de Integração Nacional. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.** Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/524834>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências.** Disponível em: <<https://dou.vlex.com.br/vid/plano-economica-amazonia-superintendencia-34052649>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização.** Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/mnx6g>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CARNEIRO, Jeso Nino. **O homem que paria livros.** Blog: Jesocarneiro. Disponível em: <<https://www.jesocarneiro.com.br/santarem/o-homem-que-paria-livros-por-jota-ninos.html>>. Acesso em: 21 de jul. 2024.

CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira. **Dinâmica de avanço e consolidação do capital na fronteira agropecuária da Amazônia brasileira.** In: COUTO,

Aiala Colares; SANTOS, Tiago Veloso dos; RIBEIRO, Willame de Oliveira (org.). **Amazônia: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais**. Belém: EDUEPA, 2019.

CASTRO, Jose Guilherme de Oliveira. **A aventura mística de um herói amazônida**, Miguel dos Santos Prazeres. MOARA – ver. do curso de Pos-graduação em Letras – UFPA. Belém, n.07, p. 101-113, jan/jun,1997.

CONJUNTURA, **Recursos hídricos do Brasil 2020**. <<http://conjuntura.ana.gov.br/>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A batalha da borracha: Propaganda política e imigração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 09, p. 95- 102, 1997. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>>. Acesso em: 06 ago. 2024.

GUZMÁN, Décio de Alencar. **A colonização nas Amazônia: Guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII**. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 03, n. 02, p.103-139, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/4771187/as_guerras_com%C3%A9rcio_A9culos_XVII_e_XVIII>. Acesso em: 04 ago. 2025.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **A conversão semiótica na arte e na cultura**: edição trilingue. Editora: ed.ufpa. Categoria: Artes, 2007.

MACHADO, Cristina Vasconcelos. **Construção da representatividade feminina na obra — O fio das missangas** de Mia Couto. In: Simpósio Internacional Literatura, Crítica e Cultura V: Literatura e Política, Juiz de Fora, 2011.

MONTEBELLO, Natalia Monza; SILVA, Marcílio Medeiros. **Retirantes flagelados no Ceará-da-seca: (bio)políticas populacionais do Estado moderno. Conhecer: Debate entre o público e o privado**, Ceará, v. 08, n. 21, p. 60- 77, jun. 2018. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1058>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MONTEIRO, Benedicto. **Como se faz um guerrilheiro**. Belém:CEJUP, 1995.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia: Modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana** (séc. XVII ao XX). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica**, Belém, v. 04, n. 01, p.65- 115, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/717>>. Acesso em: 04 ago. 2024.

PEREIRA, Ana Karine. **Desenvolvimentismo, conflito e conciliação de interesses na política de construção de hidrelétricas na Amazônia brasileira**, *Texto para Discussão*, n. 1884. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, out. 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20293>. Acesso em 08 ago. 2024.

PEREIRA, Gilson Laone. **“Soldados da borracha”**: *Esquecidos ou não lembrados?* Revista Margens Interdisciplinar, Abaetetuba, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3250>>. Acesso em 20 ago. 2025.

PONTES, Carlos José de Farias. A guerra no inferno verde: Segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. **Revista Sul-Americana de Ensino Básico e Tecnológico**, Rio Branco, v. 02, n. 01, p. 56-67, jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/218>>. Acesso em 04 ago. 2024.

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. **Fenômeno migratório**. In: *Desamparo psíquico nos filhos de dekassequis no retorno ao Brasil*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 35-52. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 305, 307, 310.

SILVA, Marcel Franco. **A cosmogonia de um caboclo amazônida na literatura de Benedicto Monteiro**. Estudos da religião, V.8. São Paulo: Etel, 2014.

SOUZA, Márcio. O ciclo da borracha. In: **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

SOUZA, Matilde de. **Transamazônica: Integrar para não entregar**. *Nova Revista Amazônica*, Belém, v. 08, n. 01, p. 133- 152, abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624>>. Acesso em 06 ago. 2024.

SPERBER, D; WILSON, D. **Linguagem em Discurso**, 2005. Disponível em: <[file:///Downloads/document%20\(1\).>](file:///Downloads/document%20(1).>). Acessado em 23 de jul 2025.

UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Biblioteca do Campus de Ananindeua**. *Biografia de Benedicto Monteiro*, 2020. Disponível em: <<https://biblio.campusananindeua.ufpa.br/index.php/conteudo-do-menu-superior/423-saiba-sobre-benedicto-monteiro>>. Acessado em 23 de jul 2025.